

REFORMAS DO ENSINO SUPERIOR: ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO*

*FIGUEIREDO, Amanda Aparecida Costa***

Introdução

As reformas educacionais exprimem as demandas postas pela lógica do capital, respondendo às exigências dos organismos internacionais. Para a retomada do crescimento econômico o modo de produção capitalista sofre mudanças, e é nesse contexto que o Estado brasileiro define sua política educacional. (ALVARENGA; VIEIRA; LIMA, 2006).

Deste modo, partimos da discussão da reestruturação produtiva e do neoliberalismo como expressões fenomênicas da crise estrutural do capital para entender a utilização da educação nesse contexto.

Pérsio Santiago (1998) afirma que as crises econômicas sempre fizeram parte das sociedades humanas, até a metade do século XVIII, as crises eram geralmente breves, de periodicidade incerta, porém brutais. Causadas principalmente por fenômenos naturais e também por fenômenos sociais, como por exemplo as guerras. Mas, somente a partir de 1929 as crises começaram a ser objetos de estudo.

Para a maioria dos economistas clássicos, durante a primeira metade do século XIX, as primeiras crises industriais apareciam como acidentes de natureza conjuntural ao longo da acumulação de capital. (ibid.).

Já Marx e Engels em 1848 quando escreveram “O Manifesto do Partido Comunista” (1998), apresentam os elementos básicos da concepção de História segundo os preceitos do materialismo histórico.

Eles afirmavam que, a sociedade burguesa, ao contrário do que apregoavam seus apologistas, não era natural, portanto eterna, e sim produto de um desenvolvimento histórico composto por movimentos causados pelas contradições imanentes a qualquer sociedade. Estas mesmas contradições deveriam levar à superação da sociedade burguesa, e ao surgimento de uma sociedade mais evoluída, a comunista. Este processo ocorreria da mesma forma que o processo de nascimento da sociedade burguesa das entranhas da sociedade feudal. (ibid.)

* Este texto é parte do trabalho de conclusão de curso, que está em andamento, sendo orientado pelo prof. Dr. Hajime Takeuchi Nozaki.

** Graduanda em pedagogia na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (DED/CPTL). E-mail: amanda.ufms@hotmail.com

Como aponta Gaudêncio Frigotto (2000b), o capitalismo tem como característica atravessar várias crises estruturais e cada vez num intervalo de tempo menor e mais intensas, visto que as “leis históricas” sob as quais opera são contraditórias e conflitantes. O que acontece é a revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção e de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio.

O objetivo central do capitalismo é a maximização da acumulação de capital, visando sempre o lucro, a mais-valia que é o trabalho não pago. Há duas formas de extração de mais-valia, a mais-valia relativa em que se aumenta a produtividade por meio da intensificação do trabalho e a mais-valia absoluta em que se aumenta a jornada de trabalho, assim o excedente desse trabalho fica para o capitalista.(MARX, 1985).

Deste modo, a relação capital/trabalho é estruturalmente desigual, visto que, de um lado se tem o dono dos meios de produção e do outro o vendedor da força de trabalho abstrata, que interessa ao capital como produtora de valores de troca. (ibid.).

O capitalista não percebe que seu lucro provém da exploração da força de trabalho (capital variável), e não das maquinarias (capital constante). Deste modo, a crescente acumulação se faz às custas de alterações na composição orgânica do capital, que consiste na proporção entre capital constante e capital variável.

Assim, temos o fundamento da crise estrutural do capital. Quando o capitalista, na intenção de aumentar a produtividade do trabalho, investe em máquinas com mais tecnologia e aumenta assim a proporção do capital constante em relação ao capital variável que é de onde provém a mais-valia, a taxa de lucro por produto diminui, tendo o capitalista que vender muito mais. Os outros capitalistas farão a mesma coisa para se manterem na concorrência. Tem-se assim a o aumento da produção. Osvaldo Coggiola (1998, p. 76), aponta que “O deus do capital tende a auto-destruir-se: o lucro tende a zero, o capital tende a abolir a si mesmo”.

As crises seriam o limite à expansão da acumulação, na qual se tem a contradição entre a expansão da produção e a criação de valor, visto que o mercado fica saturado. (SANTIAGO, op. cit.). Por isso, Frigotto afirma que (op.cit.) são as crises periódicas, que pela concorrência sob forças e poderes desiguais, conduzem à acumulação, concentração e centralidade de capital.

Para tentar contornar a crise dos anos 30 do século XX, o Estado de Bem-Estar Social, ou Welfare State, foi uma resposta dos países do capitalismo central, desenvolvendo assim, políticas sociais que visam à estabilidade no emprego, políticas de renda com ganhos de produtividade, assim como seguro desemprego, previdência social, direito à educação, entre outras. (ibid). Tendo como base econômica o keynesianismo, esse período caracterizou-

se por agir com uma pesada intervenção no processo econômico-social como forma de evitar o esgotamento total do sistema. (VASAPOLLO, 2007).

O padrão de acumulação que mantinha esse período era o taylorismo/fordismo, caracterizado por uma integração vertical, em que a produção consistia no parcelamento de tarefas, fazendo com que as atividades fossem simplificadas e repetitivas; introduziu-se o uso da esteira, controlada pela direção da empresa, havia a produção em massa e padronização das peças. Nesse processo aconteceu a desqualificação dos operários, visto que eram exigidas qualificações mínimas para exercer uma determinada função. (GOUNET, 1999).

No início da década de 1970, esse padrão de acumulação começou a dar sinais de esgotamento. A crise do fordismo e do keynesianismo era a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo, uma crise estrutural do capital, no qual se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro. Assim, como resposta a esta crise adveio a ideologia neoliberal. (ANTUNES, 1999).

Embora a crise estrutural do capital tivesse determinações mais profundas, a resposta capitalista foi enfrentá-la na sua superfície, reorganizando o ciclo produtivo e preservando seus fundamentos essenciais. Deste modo houve a transição do padrão taylorista/fordista para as novas formas de acumulação flexibilizada. (ibid.)

Visando sempre a exploração sobre a força de trabalho, o toyotismo exige uma flexibilidade do trabalho e dos trabalhadores, aproveitando ao máximo o tempo, e suas capacidades cognitivas. O trabalhador necessitou tornar-se polivalente para operar diferentes máquinas e trabalhar em equipe. (ALVES, 2000). Luciano Vasapollo (op.cit.) afirma que essa estruturação do capital é acompanhada pelo trabalho não pago, informal, terceirizado, sem garantias e por tempo determinado, sendo assim chamado por ele de trabalho atípico.

Os trabalhadores vêm sofrendo mudanças tanto nas condições objetivas e subjetivas de trabalho. As empresas buscam um perfil ideal de trabalhador, pautadas na noção de competências que Silvia Manfredi (1998) caracterizou em: o “saber fazer” dimensões práticas, técnicas e científicas adquiridas formalmente, por meio de cursos ou experiência profissional; o “saber ser”, relações sociais de trabalho, comunicação, produtividade, competitividade, disponibilidade para a mudança; e o “saber agir” saber trabalhar em equipe, resolver problemas, intervir, decidir.

As mudanças ocorridas em tal contexto afetaram profundamente a vida social e, conseqüentemente, as questões relacionadas à educação. Tendo em vista a introdução de novas tecnologias, tais habilidades, requeridas por um trabalho mais complexo, deveriam ser desenvolvidas no âmbito da educação escolar.

Maués (2006) pontua que as políticas públicas surgem como uma forma de regulação social e de ajuste estrutural, tendo como função estruturar o conjunto de setores da vida social, política e econômica, nas dimensões pública e privada. No caso do Brasil o que se faz é desenvolver habilidades e competências definidas pelo mercado possibilitando a empregabilidade numa concepção produtivista e mercantilista.

Nesse sentido, as reformas evidenciaram a necessidade de adequação do trabalho docente às novas exigências profissionais advindas das inovações tecnológicas e da conseqüente mudança no mundo do trabalho. Em função da natureza, dos objetivos e das finalidades das reformas implantadas ou em curso, o trabalho docente tende a sofrer conseqüências importantes, visto que as contradições originadas na exploração do trabalho impedem a realização plena e livre do desenvolvimento humano. (ALVARENGA; VIEIRA; LIMA, op.cit.).

Diante da problematização explicitada acima, o estudo busca analisar as políticas neoliberais e as reformas do ensino superior que vêm sendo aprofundadas no governo Lula da Silva. Com tais mudanças que vêm ocorrendo nas universidades públicas brasileiras, estas afetam todos os envolvidos no processo educacional. Deste modo, é também objetivo da pesquisa analisar quais os impactos das reformas sobre o exercício do trabalho docente nas instituições públicas.

Os governos brasileiros, de Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002) à [Luiz] Inácio Lula da Silva (2003-2006) vêm implementando uma reforma para a educação superior pública brasileira por meio da utilização de uma diversidade de instrumentos normativos como leis ordinárias, decretos, portarias, medidas provisórias, etc cuja centralidade reside na restrição de gastos. Essa reforma, em acordo com as recomendações do Banco Mundial para os países da América Latina, fundamenta-se na lógica do mercado; na qualidade e eficiência do sistema (produtividade e qualidade total); na avaliação quantitativa para concessão de recursos orçamentários, com controle finalístico; no empresariamento do ensino superior público, por meio da captação de recursos no setor privado; na autonomia dos dirigentes das instituições públicas, com subordinação ao executivo, o que fere a autonomia da instituição universitária. (CHAVES, 2006, p. 6).

Justifica-se este estudo na mesma linha de Kênia Miranda (2005), ao entender que a natureza do trabalho docente não passa somente pela análise profunda de técnicas e procedimentos pedagógicos, do conhecimento como fonte do trabalho, da relação professor-aluno, mas é necessário, como ponto de partida, compreender que local de trabalho é a escola e sua relação com a sociedade capitalista contemporânea.

Referencial teórico-metodológico

A pesquisa será feita sobre uma perspectiva crítico-dialética. Essa abordagem expressa a pretensão de revelar as relações antagônicas, resgatando sua dimensão sempre histórica e mostrando suas possibilidades de transformar a realidade. (GAMBOA, 2000).

As pesquisas dialéticas consideram a história como eixo da explicação e da compreensão científica, e tem na ação uma das principais categorias epistemológicas, deste modo o homem é visto como ser social e histórico transformador da história. (ibid.).

Assim Marx e Engels (2009), constatam que o primeiro pressuposto de toda a história humana é a existência de indivíduos humanos vivos, e para isso é preciso produzir os bens necessários à existência. Coloca-se assim o trabalho, que faz a mediação entre os homens e a natureza, como a categoria central para a compreensão da existência humana.

O materialismo histórico-dialético é um modo de pensar, de agir, e também um método que busca a essência das coisas. Para atingir a essência Karel Kosik (1976) ressalta que é preciso fazer um *détour*, o homem tem que fazer um esforço sistemático e crítico e descobrir a verdade através da ciência e da filosofia, porque a realidade não se apresenta à primeira vista, então afirma que

Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender mo fenômeno é atingir a essência (p. 12).

A realidade social é uma totalidade, um conjunto de partes que vai se configurando ao longo do processo histórico social. A característica principal do conhecimento consiste na decomposição do todo, ou seja, totalidade significa realidade como um todo estruturado, dialético na qual um fato pode vir a ser racionalmente compreendido. (KOSIK, op.cit.).

O materialismo histórico-dialético é um modo de pensar, de agir, e também um método que busca a essência das coisas. No processo dialético de conhecimento da realidade deve ser feita uma crítica para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social. (FRIGOTTO, 2000a.).

Na perspectiva crítico-dialética a educação, que é objeto dessa pesquisa, é vista como uma prática nas formações sociais e resulta de suas determinações econômicas, sociais e políticas; que faz parte da superestrutura e atua na reprodução da ideologia dominante, mas também é espaço de contradições que dinamizam as mudanças e possibilitam a gestação de novas formações sociais. (ibid.).

Como estratégia para realização da pesquisa utilizei a revisão da literatura que implica em um esforço de análise, síntese e avaliação da literatura publicada, buscando

entender o legado do conhecimento, que geralmente conduz a importantes conclusões concernentes aos conhecimentos mais recentes em um dado campo de conhecimento. (FARIA JUNIOR, 1992). Esse tipo de estratégia tem como vantagem a possibilidade do pesquisador cobrir um espaço mais amplo do que poderia pesquisar diretamente. (GIL, 1991).

Deste modo, como procedimento, foi feita uma leitura exploratória de monografias, livros, artigos periódicos, trabalho científico e documentos que tratam do tema, que consiste em uma leitura rápida do material que possibilite ver se o mesmo interessa à pesquisa e no caminhar uma seleção mais apurada destas para análise e interpretação.

A análise fez um recorte temporal desde a reestruturação produtiva, seus desdobramentos no campo educacional, trazendo para os dias atuais no governo Lula da Silva a questão do ensino superior e do trabalho docente.

Neoliberalismo e a trajetória do Banco Mundial

O sistema capitalista tem um caráter contraditório que o leva a crises periódicas. As crises de 1914, 1929 e a crise de 1973, exemplificam estas erupções violentas de um processo de crises cíclicas. (FRIGOTTO, op. cit.)

O caráter contraditório (de crise portanto) do modo de produção capitalista explicita-se, historicamente e em formações sociais específicas, de formas e conteúdos diversos, porém, inexoravelmente, pela sua própria virtude de potenciar as forças produtivas e por sua impossibilidade de romper com as relações sociais de exclusão e socializar o resultado do trabalho humano para satisfazer as necessidades sociais coletivas. Paradoxalmente com mais de dois terços da humanidade passando fome ou morrendo de fome, a crise do capital é, hoje, superacumulação estatalmente regulada. (ibid., p. 65).

Assim, o capitalismo entrou em crise em 1973, combinando baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação e, como tentativa de sair da crise, iniciou um processo reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, surgindo assim as idéias neoliberais, baseadas nas teorias e ações políticas do liberalismo clássico, a partir da retomada das idéias de Hayek e Friedman.

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p.10).

O neoliberalismo é um projeto de sociabilidade que se consolidou de forma mundial, a partir dos anos 70, apoiado numa teoria neoclássica com um discurso supostamente legitimador de caráter pluralista, democrático e universalista. (MELO, 2003).

Manifestou-se de formas diferenciadas em cada país ou região, tendo início com a experiência do governo de Thatcher na Inglaterra em 1979, o primeiro país de capitalismo avançado a por em prática o programa neoliberal. Logo após, Reagan nos Estados Unidos em 1980, e Kohl em 1982 na Alemanha implantaram o neoliberalismo. (ANDERSON, op.cit.).

Para a recuperação das taxas de lucro para o capital, o neoliberalismo postula a retirada do Estado da economia, ou seja, o Estado mínimo no que diz respeito aos direitos trabalhistas, mas um Estado máximo nas ações políticas. Assim, há um retorno às leis de mercado, sem restrição, aumento das taxas de juros, diminuição dos impostos sobre o capital e diminuição dos gastos e receitas públicas. (FRIGOTTO, op.cit.).

As políticas neoliberais instauraram novos ordenamentos da luta de classes, configurando novas formas de organização do capital e do trabalho, retornando ao individualismo acentuado e o estímulo a ações coletivas com base no associativismo que possuíam como objetivo final a diluição da luta de classes. (LIMA, 2007).

O ideário neoliberal passou a ser defendido como a única via possível da sociabilidade humana. Com isso, a ética utilitarista e individualista do liberalismo conservador é reafirmada e a exclusão e a desigualdade são justificadas como elementos fundamentais para a competitividade. (FRIGOTTO, 1998, apud CHAVES, op. cit.).

Goran Therborn (1995) afirma que o neoliberalismo é uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno.

A adoção das políticas neoliberais, na América Latina foi imposta de maneira mais ortodoxa do que nos países centrais. Instrumentalizou-se não apenas seus postulados de política econômica, como também aqueles de políticas sociais, provocando, assim, uma exclusão econômica e social muito mais grave. (SOARES, 2001 apud CHAVES, op.cit.).

No Brasil, com o fim da ditadura militar e o governo Sarney, as elites burguesas aderiram ao projeto neoliberal de sociabilidade, reivindicando o fim da intervenção estatal no mercado interno e a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas. Assim, na busca pela lucratividade, várias frações da burguesia brasileira se juntaram, no final da década de 1980, para eleger Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, abrindo o caminho para o chamado neoliberalismo à brasileira. (OLIVEIRA, 1995 apud LIMA, op. cit.).

O início dos anos de 1990 foi marcado pelo arrocho salarial, pela demissão de 360 mil funcionários públicos federais, aumento dos índices de inflação e a desregulamentação de direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, aprofundando a desigualdade e o desemprego. A política neoliberal aprofundou a dependência em relação aos países imperialistas e foi terrivelmente destrutiva. (ibid.).

Kátia Lima (ibid.) caracteriza esse período como a primeira fase da contra-revolução neoliberal e afirma que, apesar da política destrutiva, foram realizadas duas ações fundamentais para garantir a hegemonia do projeto no país. A primeira foi o lançamento do Plano Real, sob a condução de Fernando Henrique Cardoso como ministro da fazenda com o objetivo de combater a inflação. A segunda ação política estava relacionada com as relações que seriam estabelecidas pelo governo com sua base de apoio e com a classe trabalhadora.

Ao longo do governo Cardoso, os cortes de verbas públicas com as áreas sociais; o aprofundamento da política de privatização; as altas taxas de juros; o contingenciamento do Orçamento Geral da União para o pagamento das dívidas externa e interna, sob a direção dos organismos internacionais do capital, ampliam o desemprego e as desigualdades sociais e econômicas no nosso país. (LIMA, 2006, p.3).

Na segunda fase da contra-revolução neoliberal sob a condução de FHC que perduraram oito anos, o cenário era mais devastador do que a primeira fase de Collor de Mello e Itamar Franco. A política de privatização vigente ampliou a concentração de renda no país desenvolvendo assim a mais perversa desigualdade de riquezas, e a reforma do Estado brasileiro aprofundou a inserção dependente do Brasil na economia mundial. (LIMA, 2007).

A chamada terceira fase da contra-revolução neoliberal teve início com o governo Lula da Silva num momento em que era preciso mudanças superficiais, mas que fosse preservado o essencial do neoliberalismo. Com suas políticas, o governo Lula aprofundou e ampliou a desnacionalização e a desindustrialização de setores estratégicos do país, destruiu os direitos sociais e trabalhistas e estimulou a abertura comercial sem limites para o capital estrangeiro. (ibid.).

Lula em seu governo agiu em sintonia com os organismos internacionais, incorporando o discurso da falta de recursos, do uso dos pequenos recursos beneficiando os ricos em detrimento dos mais pobres, e extinguindo o conceito de universalidade dos direitos humanos e sociais.

Feito esse resgate, observa-se assim concordando com Perry Anderson (op. cit.) quando afirma que o neoliberalismo criou sociedades marcadamente mais desiguais, e disseminou a idéia de que todos querendo ou não tem de se adaptar a suas normas.

Podemos afirmar que o neoliberalismo se tornou base ideológica do projeto social dos setores mais conservadores do capitalismo mundial e que, a partir dos anos 80, se concretizou em estratégias de implementação econômico-políticas mundiais, se tornando o projeto hegemônico que consolidou o processo de mundialização do capital. Suas premissas fundamentais se encaixam às decisões e ações de sujeitos-políticos coletivos variados, se compondo de posições das mais heterogêneas, com especificidades históricas locais, acompanhando os movimentos de condensação da correlação de forças sociais nos diversos países.(p. 46)

Com as políticas neoliberais, o Estado abre mão de várias responsabilidades, como por exemplo, a educação, que é vista como uma mercadoria. Deste modo, os organismos internacionais encontram aberturas para implementar suas diretrizes.

O Banco Mundial exerceu profunda influência nos rumos do desenvolvimento mundial, deste modo farei um breve panorama da trajetória da instituição, apontando suas mudanças que o fez tornar uma organização voltada para a promoção do desenvolvimento humano no Brasil e no mundo.

O BM foi fundado vinculado ao FMI, sob forte hegemonia norte-americana, assim os 44 países que se reuniram em Bretton Woods buscaram criar instituições capazes de conferir maior estabilidade à economia mundial de forma a impulsionar o crescimento e evitar a emergência de novas crises. (SOARES, 1998.)

Inicialmente, o interesse das nações líderes concentrava-se no FMI, cabendo ao BM um papel secundário. Neste contexto competia ao FMI as políticas monetárias, fiscal, cambial de curto prazo e o monitoramento da dívida externa, e ao BM as prioridades eram os empréstimos para infra-estrutura, gastos públicos, políticas de preço e aperfeiçoamento da eficiência de uso dos recursos pelos países tomadores. (LEHER, 1998).

A partir dos anos 50 o BM se envolveu no processo de expansão do sistema capitalista mundial, mediante programas de ajuda e concessão de empréstimos crescentes, visto que era necessário integrar os países do Terceiro Mundo ao mundo ocidental, fortalecendo a aliança não comunista. (SOARES, op.cit.).

Entre 1968 e 1981 o BM é estruturado colocando no centro das preocupações a questão da pobreza como meio para manutenção da segurança, afirmando que removendo as causas do sofrimento e da privação humana é possível por um fim às insurgências e as revoluções. No entanto, o BM fortalece grupos que pouco fazem para mudar a situação dos pobres. (ibid.)

Nos anos 80, a eclosão da crise de endividamento abriu espaço para uma transformação do papel desempenhado pelo BM e pelo conjunto dos organismos multilaterais, de um Banco de Desenvolvimento, indutor de investimentos, o BM tornou-se o guardião dos interesses dos grandes credores internacionais. Ficou, assim, responsável por assegurar o pagamento da dívida externa e por empreender a reestruturação e abertura dessas economias, adequando-as aos novos requisitos do capital globalizado. (DOURADO, 2002).

De fato, o Banco representa uma estrutura material da ideologia da globalização com a função mediadora de organizar e difundir a “concepção de mundo” que os “Senhores do

Mundo” querem consolidar e reproduzir, nesse contexto de crise estrutural. (LEHER, 1999, p.18).

Os organismos internacionais passaram a atuar nos países periféricos pelo fato de que a crise da dívida de 1982 deixou estes países reféns do BM e do FMI. O preço a pagar é a aceitação dos programas de ajuste estrutural que é uma nova modalidade de empréstimo não vinculada a projetos, mas sujeita a condicionalidades amplas e severas de cunho macroeconômico e setorial. (DOURADO, op.cit.)

Educação nos marcos do neoliberalismo

A educação, historicamente, tem sido utilizada, como mecanismo ideológico para justificar diferenças individuais de capacidade de trabalho, de renda e de mobilidade social. O mesmo movimento que leva o neoliberalismo à condição de teoria dominante faz a teoria do capital humano ser retomada. Tornou-se um truísmo a tese de que o melhor remédio contra o desemprego é a educação e que os trabalhadores não estão adaptados culturalmente à globalização. (LEHER, op.cit.).

Mais uma das estratégias burguesas de enfrentamento à crise estrutural do capitalismo são as políticas focalizadas no alívio da pobreza, como ideologia capaz de evitar a explosão dos países e das regiões periféricas com o discurso de inclusão social. A educação é considerada como estratégia de difusão do novo projeto de sociabilidade burguesa, ou seja, aquele que se qualificar aumentará as possibilidades de emprego, e garantirá uma melhor qualidade de vida. (ibid.).

A educação brasileira está inserida no setor de serviços não exclusivos do Estado. As empresas privadas prestam este serviço, o que acarreta na alocação de verbas públicas para as instituições privadas e o financiamento privado para as instituições públicas, diluindo as fronteiras entre público e privado e reduzindo a alocação de verbas públicas para a política educacional. (LIMA, op. cit.).

Na área da educação, a reforma é marcada pela modificação da administração, ela deixa de ser burocrática e centralizadora e passa a ser gerencialista e descentralizada, o Estado fica com a responsabilidade de estabelecer as metas e cria mecanismos de controle dos resultados que serão obtidos. (MAUÉS, op. cit.).

Durante o principal evento do início da década de 1990, na *Conferencia Mundial de Educação para Todos*, Kátia Lima (2005) aponta que a UNESCO e o Banco Mundial tem ponto de vista diferente. Para a Unesco esse conceito de educação básica se refere à educação fundamental e ensino médio, e para o BM se restringe ao ensino fundamental.

Contudo, tais divergências não expressaram rupturas profundas na posição destes organismos, na medida em que ambos partem de vários pontos em comum: (I) o acesso à educação básica estará circunscrito às “necessidades básicas de aprendizagem” como via de integração dos “povos” na “sociedade da informação”, caracterizada como uma sociedade na qual existe um aumento na quantidade de informações disponíveis, (II) O acesso à educação básica será identificado como igualdade de oportunidades, marcado pela concepção da educação como formadora de valores e comportamentos; (III) O estímulo à diversificação das fontes de financiamento da educação será considerado o elemento central na reformulação educacional em curso. (p. 101).

O governo Lula em seus primeiros anos de governo com relação à educação veio operacionalizando a seguinte pauta de ação política: a) o estabelecimento de parcerias público-privadas para o financiamento e a execução da política educacional brasileira: do combate ao analfabetismo à educação fundamental, do ensino médio e da educação superior; e b) a abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, estimulando a utilização das tecnologias da informação e da comunicação na educação, através da educação superior à distância. (LIMA, 2006).

A reformulação da educação superior vem sendo apresentada no governo Lula como estratégia para aliviar a pobreza e garantir o acesso dos jovens ao ensino superior, como democratização do acesso à educação. Para garantir isso, viabiliza a ampliação de cursos privados, privatização interna das universidades públicas, concessão de bolsas para os assim chamados pobres estudarem nas instituições privadas, isenção fiscal, diversificação e aligeiramento dos cursos, educação à distância e as alterações na carreira docente. (LIMA, 2007).

Neste contexto, pode-se destacar três pontos principais que caracterizam a precarização do trabalho docente no ensino superior: o crescimento da força de trabalho docente, condições de trabalho e de contrato geralmente precárias; a mercantilização das atividades de ensino, pesquisa e extensão; e a adoção de critérios exclusivamente quantitativistas para a avaliação da produção do trabalho docente e suas conseqüências. (ibid.). Deste modo, as funções e a natureza do trabalho docente estão se metamorfoseando, e a cada dia surgem novos meios de exploração e precarização.

Dessa forma, o trabalho docente é determinado, não de forma mecânica, mas sofrendo influências dos seguintes aspectos: (1) pelas políticas econômicas, que buscam fazer da educação um dos instrumentos que contribua para o ajuste fiscal e para a chamada estabilidade econômica, que nada mais é do que a possibilidade de fazer *superávit* para pagamento da dívida; (2) pelas políticas públicas educacionais que buscam adequar a educação às demandas do capital, isto é, da formação de um trabalhador apto para atender às necessidades do mercado; (3) pelas políticas de formação docente que procuram formar um profissional que seja capaz de cumprir as determinações explicitadas pelos organismos internacionais, sobretudo o Banco Mundial; (4) pela natureza das reformas que priorizam

a eficiência e a produtividade, cujo conceito de qualidade está intimamente relacionado com as exigências do mercado. (MAUÉS, op. cit., p. 10).

Conclui-se inicialmente que essas medidas tomadas pelo governo Lula estão inseridas em um processo mais amplo do reordenamento do Estado capitalista, considerado uma das principais estratégias para o enfrentamento da crise estrutural do capital.

Diante do que foi mencionado acima, a universidade brasileira está com a sua identidade seriamente ameaçada. A educação superior é um bem político público, não podendo ser visto, como um bem econômico de caráter privado. O financiamento da educação superior não pode ser visto como um gasto e sim como investimento da sociedade para a sociedade.

Referências

ALVARENGA, Elda; VIEIRA, Emília Peixoto; LIMA, Miriam Morelli. Os impactos das políticas educacionais brasileiras no trabalho docente. In: SEMINÁRIO DA REGULAÇÃO EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE. 6., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2006. p 1-14.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org). **Pós-neoliberalismo**: As políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Reforma do estado e privatização da universidade pública brasileira- conseqüências sobre o trabalho. In: SEMINÁRIO DA REGULAÇÃO EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE. 6., 2006, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br/estrado/cd_viseminario/trabalhos/eixo_tematico_1/reforma_do_estado_privatiz.pdf> Acesso em: 15 de dez. 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. **Introdução à teoria econômica marxista**. São Paulo: Viramundo, 1998.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**, vol.23 n. 80, p. 1-17. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>> Acesso em: 22 de mai. 2009.

FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de. Pesquisa em educação física: enfoques e paradigmas. In: FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de; FARINATTI, Paulo de Tarso. (org.). **Pesquisa e produção do conhecimento em educação física**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1992. p. 13-31.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000a. p. 71-90.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000b.

GAMBOA, Silvio Ancízar Sanchez. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. 5 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teóricos metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 55-75.

LEHER, Roberto. Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o “alívio” da pobreza, 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. O BIRD e as reformas neoliberais na educação. **Revista PUC viva**. São Paulo, n.6, p. 17-22, 1999.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da Educação Superior nos Anos de Contra-revolução Neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva**, 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Financiamento da educação superior brasileira nos anos de neoliberalismo. In: Reunião Anual da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação. 29, 2006, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPED, 2006. p 1-15. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-1713--Int.pdf>> Acesso em: 17 de jun. 2009.

_____. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

MANFREDI, Silvia M. Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas. **Educação e Sociedade: Revista Quadrimestral de ciência da educação**. Campinas: Cedes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, v.1, 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. A reforma da educação superior e o trabalho docente. In: SEMINÁRIO DA REGULAÇÃO EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE. 6., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2006. p 1-13.

MELO, Adriana Sales de. **A mundialização da educação: o projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela.** 2003. 266f. Tese (Faculdade de Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MIRANDA, Kênia. O trabalho docente na acumulação flexível. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. 28, 2005, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPED, 2005. p 1-17. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt09/gt09_482int.rtf> Acesso em: 30 mar. 2009.

SANTIAGO, Pêrsio. Alguns aspectos das teorias sobre as crises econômicas: o século XIX. In: **Revista Estudos.** n. 44. São Paulo: Humanitas, 1998. p. 15-36.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, Lúvia; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

THERBORN, Goran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o estado democrático.** São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 39-50.

VASAPOLLO, Luciano. **Por uma política de classe: uma interpretação marxista do mundo globalizado.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.